

Sobre medições de renda a partir dos Censos e das Contas Nacionais no Brasil*

CONSTANTINO LLUCH **

Este trabalho tem como propósito discutir as implicações, para as medidas de pobreza e desigualdade, das diferenças observadas entre medidas de renda que utilizam dados do Censo Demográfico (IBGE) e medidas de renda elaboradas para as Contas Nacionais (FGV). As diferenças sistemáticas — tão maiores quanto maior o nível de renda médio das 87 áreas comparáveis que cobrem o País — sugerem que a renda monetária estimada com base no Censo reflete adequadamente a renda das camadas mais pobres, mas não avalia corretamente a renda das camadas mais ricas e, desta forma, subestima a desigualdade. O trabalho discute criticamente esta hipótese, procurando estudar três condições que a rejeitariam: as duas primeiras exigem trabalho adicional sobre a metodologia da contabilidade nacional no Brasil; e a terceira não rejeita a hipótese de que o Censo mede adequadamente a renda dos mais pobres e subestima a desigualdade na distribuição da renda no Brasil.

I — Introdução e sumário

O Produto Interno Líquido brasileiro a custo de fatores foi de 167,2 bilhões de cruzeiros em 1970, de acordo com as Contas Nacionais. A Renda Privada Disponível, livre de depreciação, cor-

Nota do Editor: Tradução não revista pelo autor.

* Este ensaio é parte do Projeto de Pesquisa 672-21 do Banco Mundial, denominado "Estudos sobre distribuição e crescimento brasileiros". O autor encontra-se em dívida com C. Jen e L. Fox, pela assistência prestada nas Seções 2 e 3, respectivamente, porém esclarece que todos os erros porventura ainda existentes são de sua inteira responsabilidade, assim como os pontos de vista aqui expressos não exprimem necessariamente as opiniões do Banco Mundial.

** Do Departamento de Economia do Desenvolvimento, Banco Mundial.

respondia a 162,9 bilhões de cruzeiros [FGV (1977a)]. A Renda Pessoal, medida pelo Censo Demográfico de 1970, era de 99,4 bilhões de cruzeiros. Para que ambas as medições fossem compatíveis, os lucros líquidos não distribuídos das empresas privadas teriam que atingir 63,5 bilhões de cruzeiros ($= 162,9 - 99,4$), equivalentes a 39% da renda privada líquida disponível. Uma vez que o consumo pessoal correspondia a 139 bilhões de cruzeiros, está claro que os lucros não distribuídos dificilmente poderiam responder pelas diferenças de renda entre o Censo e as Contas Nacionais. A magnitude do hiato entre as estimações de renda, por sua vez, deixa dúvidas sobre as medições da desigualdade e da pobreza baseadas nos dados do Censo. A desigualdade pode ser exagerada, ao mesmo tempo em que a renda da população pobre é subestimada, se a distribuição do hiato de renda — relativo à distribuição de renda do Censo — apresentar um viés referente à população pobre.

O objetivo deste ensaio é esclarecer algumas questões sobre a distribuição do hiato de renda. A informação adicional que é trazida à baila nesta questão corresponde à distribuição regional do Produto Interno Líquido a custo de fatores, estimada pela Fundação Getúlio Vargas para 361 microrregiões homogêneas em 1970 [FGV (1977b)]. Através da localização destas 361 microrregiões nas 117 áreas geográficas identificáveis na amostra de 1% do Censo Demográfico de 1970, é possível obter duas medidas de renda para cada uma das 87 áreas,¹ correspondendo uma ao Censo e outra às Contas Nacionais. A comparação destas medidas indica que existe uma relação sistemática entre a renda média *per capita* derivada do Censo e a das Contas Nacionais, através das áreas. Definindo-se o hiato de renda como a relação (renda das Contas Nacionais — renda do Censo) /renda das Contas Nacionais, constata-se que as áreas mais ricas apresentam um hiato maior, o qual era somente de 4% para os 26% da população que vivia nas áreas mais pobres e representava, em contraste, 42% para os 31% da população que vivia nas áreas mais ricas, enquanto para os restantes 43% da população corres-

¹ Como algumas destas 117 áreas do Censo, em conjunto, sobrepõem-se a várias microrregiões, realizou-se, em consequência, a redução a 87 áreas (que cobrem todo o Brasil), na qual o mapeamento é feito um a um.

pondia aproximadamente a 27%. Estes resultados, assim como os procedimentos utilizados para obtê-los, são discutidos na Seção 2.

Esta relação sistemática entre as medidas de renda derivadas do Censo e das Contas Nacionais sugere que as cifras de renda monetária relacionadas no Censo podem refletir adequadamente a renda da população pobre, mas subestimam a renda dos ricos e também, em consequência, o grau de desigualdade. Para que isto fosse falso, algumas (ou todas) das seguintes condições deveriam ocorrer: a) que o Produto Interno Líquido a custo de fatores seja um mau substituto da renda pessoal; b) que as medidas de renda nacional para as áreas ricas estejam superestimadas; e c) que a distribuição da renda nas áreas ricas fosse tal que as famílias pobres aí localizadas fossem beneficiárias do hiato de renda (isto é, a medida da sua renda a partir do Censo subestimasse a sua verdadeira renda). Um trabalho mais profundo sobre a metodologia da contabilidade da renda nacional no Brasil seria necessário para determinar a força dos pontos "a" e "b". Na realidade, os lucros não distribuídos parecem ser mais importantes nas áreas ricas e, em consequência, o Produto Interno Líquido é, nestas áreas, um substituto pobre para a renda pessoal. Além disso, existem algumas indicações de que a medida da variação da produção total nas Contas Nacionais está ligada somente a variações na produção industrial (isto se deve ao fato de que uma proporção constante entre as duas pode ser presumida e somente se calcula essa última). Isto poderia talvez ter como resultado uma distorção para cima na medição do produto global e também da produção nas áreas ricas no que se refere ao ano de 1970. Não obstante, parece duvidoso que os pontos "a" e "b" pudessem responder pelo hiato de renda observado em 1970.

O ponto "c" será examinado na Seção 3 deste ensaio. As 87 áreas geográficas, organizadas em função da renda *per capita* estabelecida nas Contas Nacionais, são classificadas em três grupos, cada um deles considerado, então, como parte da distribuição da renda pessoal das famílias, ordenadas pela renda familiar por pessoa. As famílias são primeiramente agrupadas em grandes segmentos da distribuição geral da renda pessoal para o Brasil como um todo (os 30% inferiores, o segundo e o terceiro segmentos de 30% que se seguem e, finalmente, o decil superior), e depois tais segmentos são

divididos por grupos de áreas. Através da comparação da renda familiar média em cada segmento definido, ao longo dos grupos de áreas, com alguns indicadores de padrões de vida (não incluídos na renda), torna-se possível avaliar a probabilidade de uma subestimação da renda dos pobres nas áreas ricas, assim como a magnitude desta subestimação para que o hiato fosse absorvido.

É claro que o hiato de renda nas áreas ricas não pode ser atribuído às subestimações da renda dos pobres nestas áreas: em primeiro lugar, muito poucas famílias aí pertencem aos 60% inferiores da distribuição geral da renda pessoal; e, em segundo, sua renda monetária declarada e seus indicadores de padrão de vida (não relacionados com a renda) estão em ampla correspondência com as mesmas magnitudes para famílias nos 60% inferiores da distribuição geral em outras áreas, ao mesmo tempo em que estão muito longe das mesmas magnitudes para famílias situadas nos 40% superiores da distribuição geral nas áreas ricas.

É um pouco menos claro que o hiato de renda de 27% nas áreas de renda média deveria ser alocado, nestas áreas, aos ricos. Deve-se ter em mente, no entanto, que tais áreas geram somente 30% da produção e que a alocação deste hiato de renda não importa muito para as questões em discussão: em que medida o Censo Demográfico de 1970 estabelece um limite inferior para as medidas de desigualdade e até que ponto está correto na medição da renda da população pobre? Dado o pequeno hiato de renda nas áreas pobres, o peso da evidência disponível indica que a resposta é afirmativa para ambas as questões.

2 — Distribuição regional do hiato nas medições de renda derivadas do Censo e das Contas Nacionais

Do total de 167,2 bilhões de cruzeiros correspondentes ao Produto Interno Líquido brasileiro em 1970, 153,1 bilhões (ou 92%) estavam distribuídos através de microrregiões. O Apêndice 1 mostra o mapeamento destas microrregiões nas 117 áreas geográficas identi-

ficáveis na amostra de 1% do Censo Demográfico de 1970. Como resultado deste mapeamento, as medições da renda *per capita* derivadas do Censo e das Contas Nacionais podem ser elaboradas para 87 áreas, que representam uma divisão completa e mutuamente exclusiva do território brasileiro. O Apêndice 2 dá estas medições, juntamente com a população em cada área. No gráfico a seguir, cada ponto representa a renda *per capita* das Contas Nacionais (eixo horizontal) e do Censo (eixo vertical) para cada área. Supondo a não existência de hiatos de renda e de transferências regionais de renda, todos os pontos deveriam cair sobre a linha de 45 graus (a linha de inclinação 1). De fato, a linha de mínimos quadrados ajustada a todos os pontos no gráfico é:

$$Y_C = \frac{16,56}{(2,14)} + \frac{0,525}{(0,017)} Y_{NA} \quad R^2 = 0,917$$

onde (Y_C , Y_{NA}) são as medidas da renda *per capita* do Censo e das Contas Nacionais, respectivamente, sendo os desvios-padrão dados entre parênteses. Ambos os coeficientes estimados são significativamente diferentes de zero e da unidade.

A relação sistemática entre o hiato de renda, definido como $I - (Y_C/Y_{NA})$, e Y_{NA} está sumariada na Tabela 1, onde as áreas são classificadas por Y_{NA} em cinco grupos, como é mostrado na primeira coluna, a distribuição da população e do Produto Interno Líquido através dos grupos de área é dada nas colunas 2 e 3 e a razão Y_C/Y_{NA} na coluna 4. O hiato de renda geral na tabela é de 35%,² cifra

² O hiato total, em realidade, é de 43% (= 35 + 8), onde os 8% representam aquela parte do Produto Interno Líquido a custo de fatores não distribuído através das microrregiões, tratando-se, principalmente, de serviços industriais nos setores de construção e serviços públicos. É importante notar que os dados de renda do Censo não cobrem o último trimestre de 1970, ao contrário das Contas Nacionais. Como a taxa de inflação durante 1970 estava na ordem de 30-35%, aproximadamente 8% do hiato total da renda, em consequência, pode dever-se justamente a este fato. Se, adicionalmente, presume-se que a produção na construção e nos serviços públicos é gerada principalmente nas áreas ricas e urbanas, a linha ajustada no gráfico a seguir apresenta uma inclinação maior que a linha "verdadeira".

TABELA 1

Distribuição regional do hiato entre as medições de renda no Censo e as Contas Nacionais — Brasil, 1970

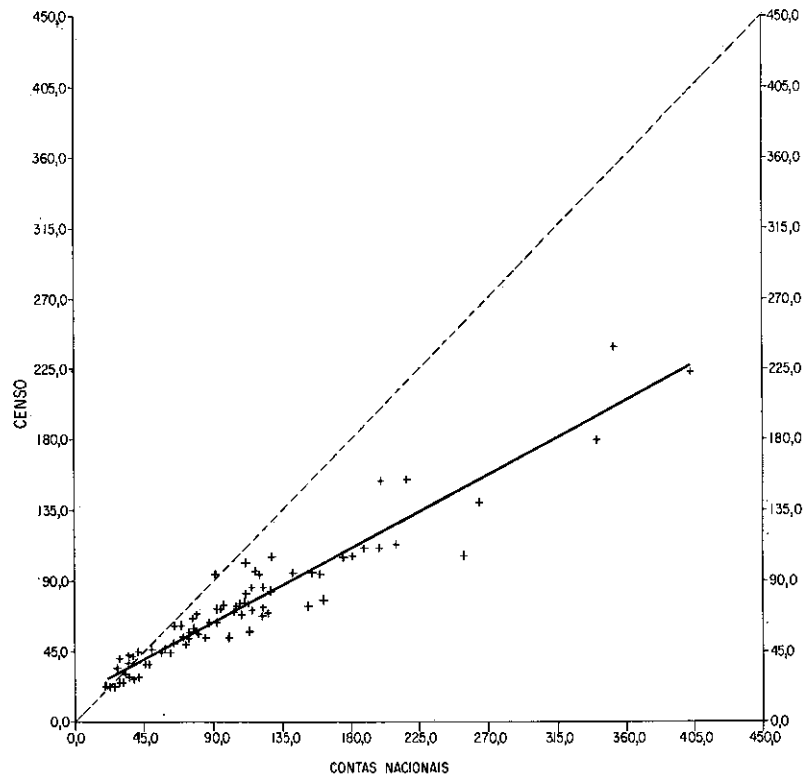
	Número de áreas	Porcentagem da população total	Porcentagem do PIL total	Renda do Censo como porcentagem do PIL
1. Produto Interno Líquido (PIL) a custo de fatores, por pessoa (em Cr\$/mês):				
< 50	27	26	6	96
51 — 100	24	21	11	75
101 — 150	20	22	19	70
151 — 300	13	17	24	58
> 300	3	14	39	59
Total	87	100	100	65
2. População total (em milhões)		93,1		
3. Produto Interno Líquido a custo de fatores, Brasil 1970 (em bilhões de Cr\$)			153,0	
4. Renda Pessoal Total — Censo Demográfico de 1970 (em bilhões de Cr\$)				99,4

FONTES: Amostra de 1% do Censo Demográfico de 1970; FGV (1977a, p. 102); e FGV 1977b, Tabelas 3.4 e 3.5).

média que apresenta uma ampla variação através das áreas (e sua população correspondente), sendo de apenas 4% para as 27 áreas mais pobres, onde vivem 26% da população do Brasil (gerando 6% da produção total) e atingindo 42% nas 16 áreas mais ricas, onde vivem 31% da população (gerando 63% da produção total). Para as restantes 54 áreas, com 43% da população e gerando 30% da produção, o hiato de renda é de aproximadamente 27%.

Quais são as implicações desta distribuição regional do hiato de renda para a medição da pobreza e da desigualdade a partir dos dados do Censo? Parece que o Censo subestima a desigualdade e é mais ou menos correto na medição da renda dos setores pobres. Para que estas proposições sejam corretas, entretanto, é necessário que os conceitos de renda sejam comparáveis nas fontes de dados e que a distribuição pessoal de renda dentro dos grupos de área apresente aproximadamente as mesmas rendas (ou padrões de vida) para os pobres nas diversas áreas. De outra maneira, o hiato de

RENDA PER CAPITA (Cr\$/MÊS) DERIVADA DO CENSO E
DAS CONTAS NACIONAIS (87 ÁREAS) - BRASIL, 1970



renda nas áreas ricas poderia derivar da subestimação da renda dos pobres nestas áreas.

Os conceitos de renda não são certamente comparáveis em um senso estrito. A produção gerada em cada área não é o mesmo que a renda das pessoas que nela estão, devido tanto ao lucro não distribuído das empresas como às transferências de renda desde e para outras áreas. Adicionalmente, existem problemas de medição nas Contas Nacionais que podem levar a uma superestimação da produção nas áreas ricas. Deve-se destacar o fato de que as mudanças na taxa de crescimento da produção global para o período 1965/77

são estimadas com base em variações da produção em setores que cobrem somente 70% de todos os setores produtivos em 1970. Para o restante, presumem-se proporções fixas uniformes ao longo deste período. Este artifício estatístico [IPEA (s/d)] é o que está por trás da relativa constância da estrutura de produção durante o "milagre" do crescimento brasileiro, colocando a questão de quão acurada era a distribuição regional do produto em 1970 e se, de fato, às áreas mais industrializadas era atribuída uma parcela do produto artificialmente mais elevada em 1970. Esta questão não pode ser resolvida recorrendo-se à metodologia publicada para a distribuição regional do produto, aparentemente completa — no sentido de que todos os censos foram usados, incluindo o de Indústria e Comércio. Pode acontecer que o problema afete somente a medição de variações na produção no período 1965/77 e não a medição da produção e sua distribuição por microrregiões em 1970.

É importante aprofundar o conhecimento sobre a metodologia das Contas Nacionais e da distribuição regional do produto. De qualquer forma, a grande dimensão do hiato de renda em adição à regularidade da sua distribuição regional sugere que a informação referente à renda no Censo está significativamente subestimada, o que acontece relativamente mais nas áreas ricas, onde a maior parte da produção é originada. Não parece que a regularidade observada no gráfico anterior possa ser atribuída à falta de comparabilidade dos conceitos, à precisão das medições de produção ou ao tamanho das transferências regionais de renda, sendo mais provável que represente uma informação subestimada da renda nas áreas ricas no Censo.

A regularidade do gráfico poderia ser ainda atribuída à subestimação da renda das famílias pobres nas áreas ricas. A informação sobre isto está contida na distribuição geral da renda pessoal e sua repartição através dos grupos de área, como indicado pelo Censo. Se as famílias situadas na extremidade inferior nos diferentes grupos de área têm aproximadamente a mesma renda e aproximadamente os mesmos indicadores não-monetários de padrões de vida, segue-se que a subestimação ocorre a níveis de renda mais elevados. Embora uma possibilidade alternativa pudesse ser o fato de que a renda dos pobres esteja subestimada por todas as partes, isto pode ser

tranqüilamente colocado de lado, considerando a falta de um hiato de renda nas áreas pobres na Tabela 1 (estas questões são tratadas na próxima seção).

3 — Distribuição pessoal de renda e indicadores de padrões de vida através dos grupos de área

Consideremos o seguinte agrupamento das 87 áreas na Tabela 1 e no gráfico: o grupo A (as áreas pobres) está constituído por todas aquelas onde a renda *per capita*, na forma em que é medida pelas Contas Nacionais, representa menos que Cr\$ 50,00 por mês; o grupo B (as áreas de renda média) é o de todas aquelas em que a renda por pessoa situa-se entre Cr\$ 51,00 e Cr\$ 150,00 por mês; e o grupo C (as áreas ricas) está constituído por todas aquelas onde a renda por pessoa está acima de Cr\$ 151,00 por mês.

Em seguida, passemos a considerar a distribuição da renda pessoal. Para simplificar, vamos levar em conta somente as famílias que vivem em unidades familiares separadas e excluir aquelas que não responderam à pergunta referente à renda no Censo Demográfico de 1970 ou tinham uma renda acima de Cr\$ 9.998,00 por mês.³ Assim, as famílias classificadas pela renda familiar *per capita* caem nas diferentes classes de renda, para o Brasil como um todo, como indicado na Tabela 2, linha 1, a distribuição correspondente das pessoas nas classes de renda aparece indicada na linha 3, enquanto a variação na renda familiar média através das classes de renda, para o Brasil como um todo, é dada na linha 5.

³ Isto reduz a população estudada de 93 para 81 milhões. A sua distribuição através das áreas é afetada somente de maneira secundária (ver Tabela 2, linha 4, última coluna, comparada com a distribuição da população na Tabela 1). Observe-se que 19 mil famílias (85 mil pessoas) declararam renda acima de Cr\$ 9.998,00 por mês e que 559 mil famílias (3,1 milhões de pessoas) não responderam à pergunta sobre a renda.

Estes três aspectos da distribuição global da renda pessoal podem ser detalhados por grupos de área, como nas linhas 2, 4 e 6 da Tabela 2. A primeira observação a ser feita é que somente 10,5% das famílias (e 12% da população) estão incluídos tanto no grupo C, das áreas ricas, como nos 60% inferiores da distribuição geral da renda pessoal. Se este grupo fosse receber o hiato de renda nas áreas ricas (digamos, 40% da renda total lá gerada), ele não poderia ser chamado de pobre qualquer que fosse a definição de pobreza utilizada. A sua renda superior “verdadeira” teria que ser mostrada

TABELA 2

Partição da distribuição da renda pessoal através das unidades familiares (classificadas pela renda familiar per capita) nos grupos de área — Brasil, 1970

	Renda interna (1970, Cr\$/mês/pessoa)				Total
	(0-27,19)	(27,20-64,88)	(64,89-257,50)	(257,51-8.000)	
1. Percentagem de famílias (Brasil)	30	30	30	10	100 (16.291)
2. Percentagem de famílias:					
Grupo de área A	49	25	9	3	25
Grupo de área B	41	50	41	24	42
Grupo de área C	10	25	50	73	33
	100	100	100	100	100
3. Percentagem da população (Brasil)	37	31	25	7	100 (80.683)
4. Percentagem da população:					
Grupo de área A	48	27	9	3	27
Grupo de área B	42	51	40	25	43
Grupo de área C	10	27	51	72	30
	100	100	100	100	100
5. Renda familiar média (Brasil, 1970, Cr\$/mês)	95	220	497	1.723	416
6. Renda familiar média (1970, Cr\$/mês):					
Grupo de área A	83	183	379	1.459	163
Grupo de área B	107	225	463	1.711	345
Grupo de área C	107	246	548	1.738	700

FONTES E NOTAS: Amostra de 1% do Censo Demográfico de 1970. Os números entre parênteses indicam milhares de unidades. O número total de áreas (que cobrem todo o Brasil) corresponde a 87. O grupo de área A contém todas as áreas com renda *per capita* de até Cr\$ 50,00 por mês, na forma em que é medida pelas Contas Nacionais. O grupo de área B abrange todas as áreas com renda *per capita* entre Cr\$ 51,00 e Cr\$ 150,00 por mês. O grupo de área C reúne todas as áreas com renda *per capita* acima de Cr\$ 151,00 por mês. As listas das áreas e suas correspondentes microrregiões estão incluídas nos Apêndices 1 e 2.

através de indicadores não-monetários de padrões de vida, que deveriam estar perto daqueles nos 40% superiores da distribuição nas áreas ricas.

A segunda observação a ser feita a partir da Tabela 2 refere-se às diferenças na renda familiar média dentro das classes e através das áreas. Entre as famílias situadas nos 30% inferiores, aqueles que vivem nas áreas B e C têm uma renda monetária média declarada, que é 25% maior que a renda familiar média nas famílias dentro do grupo de área A. Este diferencial pode ser “nominal” (isto é, devido unicamente a diferenças de preços) ou “real” (mostrada então em indicadores não-monetários de padrões de vida). A renda média diferencial amplia-se para os segundo e terceiro 30% situados a seguir, entre as áreas A e C, e estreita-se novamente no decil superior. O diferencial da renda familiar média dentro das classes acima indicadas é, no máximo, de 45%, enquanto o diferencial global é de 430% ($= 100 \times 700/163$), o qual, naturalmente, é muito mais sensível à distribuição das famílias entre as classes que às médias dentro das classes.

Para interpretar as diferenças na renda familiar média dentro das classes e através dos grupos de área, torna-se necessário associar estas diferenças com outras variações nos indicadores de padrão de vida além da renda, o que é feito na Tabela 3. São considerados oito indicadores para cada grupo de área e classe de renda: o acesso aos serviços públicos (água encanada, sistema moderno de esgotos, eletricidade), a propriedade de bens duráveis (rádio, geladeira, aparelho de televisão e automóvel) e a frequência à escola das crianças entre seis e 14 anos. Duas observações podem ser feitas tomando por base a Tabela 3.

A primeira é que existe uma correspondência estreita entre as classificações por renda e as que utilizam os oito indicadores, o que é verdadeiro em todos os grupos de área. Interpretando as entradas na Tabela 3 como probabilidades, é verdade em todos os casos que, quanto mais baixa a renda familiar média declarada dentro de uma classe, mais baixa é a probabilidade de que uma família nesta classe tenha acesso aos serviços públicos, seja proprietária de bens duráveis ou tenha suas crianças em idade escolar

TABELA 3

Acesso aos serviços públicos, propriedade de bens duráveis e matrícula escolar para crianças entre seis e 14 anos, por classe de renda e grupos de área — Brasil, 1970

	Renda interna (1970, Cr\$/mês/pessoa)				Total
	(0-27,19)	(27,20-64,88)	(64,89-257,50)	(257,51-6.000)	
Grupo de área A					
1. Percentagem de famílias com acesso a:					
Água encanada	2	5	22	63	6
Esgotos	1	3	14	50	4
Eletricidade	6	13	37	73	13
2. Percentagem de famílias que têm:					
Rádio	21	31	50	79	28
Refrigerador	1	4	19	59	4
Aparelho de TV	—	1	10	42	2
Automóvel	—	2	6	56	2
3. População entre seis e 14 anos, da qual estão percentualmente matriculados	(4.212)	(1.209)	(294)	(26)	(5.741)
	36	53	72	89	42
Grupo de área B					
1. Percentagem de famílias com acesso a:					
Água encanada	9	20	46	80	28
Esgotos	4	12	35	74	20
Eletricidade	18	36	64	92	42
2. Percentagem de famílias que têm:					
Rádio	44	58	72	88	60
Refrigerador	4	11	38	82	21
Aparelho de TV	2	8	30	70	16
Automóvel	1	3	11	48	7
3. População entre seis e 14 anos, da qual estão percentualmente matriculados	(4.084)	(3.353)	(1.470)	(190)	(9.097)
	57	68	84	92	66
Grupo de área C					
1. Percentagem de famílias com acesso a:					
Água encanada	21	34	65	92	60
Esgotos	14	25	55	89	52
Eletricidade	35	63	87	98	79
2. Percentagem de famílias que têm:					
Rádio	57	71	84	93	∞0
Refrigerador	9	19	54	89	49
Aparelho de TV	8	20	54	86	49
Automóvel	1	2	14	47	17
3. População entre seis e 14 anos, da qual estão percentualmente matriculados	(1.069)	(1.967)	(1.964)	(496)	(5.496)
	65	74	83	94	77

FONTES E NOTAS: As mesmas da Tabela 2.

frequêntando a escola. As variações nestas probabilidades através das classes são muito grandes. Particularmente, é impossível argumentar que as famílias situadas nos 60% inferiores da distribuição da renda que estão vivendo no grupo de área C (rica) absorvam o hiato de renda. O seu padrão de vida, medido pelos oito indicadores, está bem abaixo do das famílias nos 40% superiores, no mesmo grupo de área.

A segunda observação refere-se à correspondência entre diferenças na renda familiar média dentro das classes e através das áreas (ver Tabela 2, linha 6) e diferenças nos indicadores. Excetuando um caso,⁴ os diferenciais de renda são associados com diferenças nos indicadores, conforme o esperado. Mas a área (isto é, o nível de desenvolvimento) parece exercer um importante papel adicional sobre os padrões de vida. Uma família no grupo de área A tem de estar no intervalo de classe de renda 65-258 para atingir aproximadamente o padrão de vida de uma família no intervalo 27-65 no grupo de área B, o qual por sua vez tem aproximadamente o padrão de vida de uma família no intervalo 0-27 no grupo de área C. Isto é, talvez, como deveria ser: quanto menos desenvolvida é uma área (ou país), maior é a renda monetária requerida para manter um padrão de vida tomado de uma área (ou país) mais rica.⁵ E mais ainda quando os indicadores para os padrões de vida refletem fortemente os gastos públicos associados com a urbanização.

⁴ Os 30% inferiores de famílias, nos grupos de áreas B e C, caso em que não existe diferencial na renda familiar média, mas sim uma diferença nos indicadores.

⁵ Uma leitura alternativa da evidência é que a renda familiar média "verdadeira" não é de Cr\$ 107,00 mensais para as famílias situadas nos 30% inferiores no grupo de área C, mas na realidade de Cr\$ 379,00 mensais (ver Tabela 2, linha 6). Esta regra poderia ser estendida a todas as outras entradas na Tabela 2, linha 6, de maneira a construir uma estrutura modificada da renda familiar média por classes de renda e por grupos de área. Suspeitamos que a distribuição resultante seria mais desigual que a reportada e ainda apresentaria um amplo hiato de renda. Este exercício não se desenvolve aqui porque seria necessário mais trabalho para transformar as diferenças num vetor de indicadores de bem-estar em diferenças na renda monetária.

O papel dos grupos de área (como substitutos para o nível de desenvolvimento econômico) nas diferenças nos indicadores de bem-estar através das classes de renda é de relevância direta para um dos propósitos deste ensaio: examinar a proposição de que a distribuição da renda obtida do Censo de 1970 subestima a desigualdade no Brasil. O hiato de renda no grupo de área C não pode ser atribuído, conforme se demonstrou anteriormente, às famílias nesta área nos 60% inferiores da distribuição pessoal de renda. O hiato de renda no grupo de área B talvez não devesse ser atribuído às famílias nesta área nos 60% inferiores da distribuição, o que se deduz da similaridade nos padrões de vida entre a segunda classe de renda do grupo de área B e a primeira classe de renda do grupo de área C.⁶ Tudo isto leva, em combinação com o pequeno hiato de renda no grupo de área A, às proposições de que o Censo Demográfico de 1970, apesar de mais ou menos certo na medição da pobreza, subestima a desigualdade no país.

Bibliografia

FGV. *Conjuntura Econômica*, pp. 93-6, jul. 1977a.

———. *Brasil: renda interna para microrregiões homogêneas, 1959-1970*. Rio de Janeiro, jul. 1977b.

IPEA. *Uma nota sobre a metodologia de cálculo do índice de produto real (PIB) no Brasil*. Rio de Janeiro, s/d.

(Originais recebidos em outubro de 1981.)

⁶ Observe-se que, como o hiato de renda de 27% está distribuído entre as classes de renda no grupo de área B, isto não é uma questão importante: somente 30% da produção foram gerados nesta área.

Apêndice I — Compatibilização de áreas entre o Censo e as Contas Nacionais

Áreas	Áreas do Censo	Microrregiões das Contas Nacionais	Áreas	Áreas do Censo	Microrregiões das Contas Nacionais
1	1	1	44	47	188-189, 192-193, 196, 201
2	2	2-3	45	48	179-180, 190, 194, 197
3	3	4-9	46	49	191, 198-199, 202
4	4	10	47	50,52	181-183, 186
5	5	11	48	51	187, 195, 200
6	6	12-15, 20	49	53	203-206, 208-210
7	7-8	16-19, 21-26	50	54	207
8	9	27-28	51	55	211-213
9	10	42-44	52	57	215, 219, 223
10	11	29-30, 34, 38-40	53	58	217
11	12	31	54	56, 59-66	214, 216, 218, 220-222
12	13	32-33, 35-37, 41	55	67-80	224
13	14	47	56	81	225, 227, 232-235
14	15	50, 52-55	57	82	228-229, 236-237, 242, 246-247
15	16	45-46, 48-49, 51	58	83	248, 254-257
16	17	56-58, 62-64, 66-67	59	84	230, 238, 243-244, 249, 258
17	18	59	60	85	231, 239, 250
18	19	60-61, 65, 68-71	61	86	240-241, 245, 251
19	20	72-78	62	87	252-253, 260
20	21	79, 81, 85-86	63	88	259
21	22	84	64	89	263, 267
22	23	80, 82-83, 87-88, 122	65	90	261, 264-265
23	24	89-91, 94-96, 100	66	91	266
24	25	93	67	92-95	262
25	26	92, 97-99	68	96	268
26	27	101-105	69	97	269-276, 278, 291
27	28	106-109	70	98	277, 286-290
28	29-30	110-112	71	99	279-281
29	31	113-115, 118, 121	72	100	282-285
30	32	120	73	101	292-296
31	33	116-117, 119	74	102	297
32	34	123-128, 130	75	103	298-302
33	35	129	76	104	303-307
34	36	131-138, 140	77	105-107	308-311, 313-315, 317-320
35	37	139, 141-143, 147	78	108	312, 325-326, 329-331
36	38	144-146	79	109	323-324, 327-328
37	39-40	148-151	80	110	316, 321-322
38	41	152-156	81	111	332-337
39	42	157-158, 160-161	82	112	338-344
40	43	166, 171-173	83	113	345-349
41	44	159, 162-165, 167-169	84	114	350-353, 355-356
42	45	170, 177-178	85	115	354
43	46	174-176, 184-185	86	116	357-360
			87	117	361

**Apêndice 2 — Renda *per capita* derivada do Censo
e das Contas Nacionais para 87
áreas e a população da área
— Brasil, 1970**

Número da área	Renda <i>per capita</i> (Cr\$/mês)		População (em milhares)	Número da área	Renda <i>per capita</i> (Cr\$/mês)		População (em milhares)
	Censo	Contas Nacionais			Censo	Contas Nacionais	
14	21,36	20,23	394,8	75	54,25	85,06	574,9
16	23,32	21,52	1.353,4	51	63,93	87,20	694,3
18	22,45	23,32	978,1	5	94,59	91,83	40,9
15	21,68	23,66	923,9	45	64,83	92,22	1.119,0
22	21,35	25,85	409,4	11	72,33	92,50	323,9
23	23,15	26,43	1.064,3	33	72,48	94,86	278,7
34	30,20	27,43	1.869,5	85	75,63	97,12	1.097,9
10	34,19	28,29	1.187,8	78	54,54	99,05	1.064,5
83	40,47	29,33	520,4	82	71,03	103,30	998,2
29	27,14	29,57	735,9	17	74,78	105,08	1.036,8
9	25,12	29,61	216,0	56	76,96	107,45	981,7
26	27,79	29,68	814,2	71	69,60	107,91	1.190,3
12	32,27	29,98	1.265,0	48	77,13	110,62	986,2
19	25,25	31,15	993,3	37	82,76	111,56	2.101,5
32	30,24	33,91	621,9	74	102,34	111,62	264,7
35	37,38	35,27	1.404,9	28	76,49	112,35	2.700,8
6	42,78	35,69	381,5	76	58,47	113,26	1.266,7
27	29,09	36,05	1.645,6	42	86,47	114,93	678,9
41	36,31	37,15	1.654,4	30	71,78	114,99	346,4
39	41,50	37,26	582,9	1	97,55	117,88	111,1
20	27,30	38,40	667,9	62	95,17	119,83	635,3
3	41,45	40,27	367,8	69	68,32	121,77	1.030,9
43	38,30	40,91	1.268,5	52	86,20	122,44	266,9
25	28,44	40,97	827,5	8	73,53	122,62	114,2
84	45,11	41,54	599,5	4	70,21	125,24	587,4
36	36,22	46,11	809,5	60	84,18	127,29	1.046,5
31	37,13	48,13	505,7	54	105,88	128,27	3.367,8
13	46,66	50,57	361,8	61	95,59	141,67	1.009,0
38	44,37	56,84	1.307,9	79	74,48	151,51	888,5
44	47,83	59,08	1.151,8	59	96,96	154,53	944,9
49	44,65	62,17	1.217,5	80	95,37	159,37	988,0
40	50,22	64,54	524,4	73	78,78	161,99	795,3
81	61,57	64,68	598,3	50	106,17	175,28	381,8
7	61,88	69,03	1.785,5	57	106,64	180,60	1.472,3
24	54,76	70,52	490,7	47	111,51	188,74	2.429,9
70	49,65	71,89	2.118,5	77	111,97	198,07	3.723,8
72	55,33	72,76	1.788,9	68	154,27	199,35	821,2
46	54,10	74,12	1.089,6	63	114,24	209,25	687,0
86	58,47	75,09	720,2	87	155,37	216,62	537,5
64	66,75	77,29	147,6	53	107,20	253,97	413,9
21	60,61	77,37	474,1	58	140,81	264,28	1.748,7
65	68,93	78,73	291,4	66	179,71	340,77	666,7
2	56,78	80,24	215,3	55	239,62	352,39	4.251,9
				67	223,15	402,59	8.139,7

FONTE: Amostra de 1% do Censo Demográfico de 1970.